

## **INDÚSTRIAS DE PATO BRANCO: UM ESTUDO SOBRE A SUSTENTABILIDADE AMBIENTAL**

**Jocilaine Mezomo Fernandes; Hieda Maria Pagliosa Corona**

Administradora e Mestranda em Desenvolvimento Regional – PPGDR – UTFPR Campus Pato Branco; Socióloga, Dr. em Meio Ambiente e Desenvolvimento, professora e pesquisadora da UTFPR Campus Pato Branco.

**Resumo** -Esse artigo apresenta o resultado de uma pesquisa realizada com as 25 indústrias do Município de Pato Branco, associadas a FIEP (Federação das Indústrias do Estado do Paraná). Esse estudo se propôs a analisar as ações dessas indústrias referentes a sustentabilidade ambiental. Para nortear essa pesquisa foram utilizados os indicadores de sustentabilidade adotados pelo Instituto Ethos sobre os aspectos ambientais. A pesquisa foi realizada através da aplicação de um questionário com questões semi-estruturadas que revelassem a existência ou não de ações, desenvolvidas pelos gestores, voltadas para a sustentabilidade ambiental, bem como, se atendem aos pressupostos de sustentabilidade indicados pelo Instituto Ethos. Verificou-se poucas ações promovidas pelas organizações, basicamente as que se referem a legislação ambiental, visando controlar o impacto ambiental mais visíveis. Contudo as indústrias demonstraram, na grande maioria, a falta de iniciativa para ações voluntárias que evidenciem atitudes no desenvolvimento de projetos e movimentações relacionadas aos temas da sustentabilidade ambiental.

**Palavras-Chave:** Sustentabilidade Ambiental. Indicadores. Indústrias.

### **Industries of Pato Branco: A study on environmental sustainability**

**Abstract**- This article presents the results of a survey of the 25 industries in the city of Pato Branco, associated with FIEP (Federation of Industries of Paraná). This study aimed to analyze the actions of those industries related to environmental sustainability. To guide this research were used sustainability indicators adopted by the Ethos Institute on the environmental aspects. The survey was conducted via a questionnaire with semi-structured questions that would reveal the existence or not of actions undertaken by managers, focused on environmental sustainability and, if they fulfill the conditions for sustainability set out by the Ethos Institute. There are few actions taken by organizations, primarily those relating to environmental legislation in order to control the environmental impact more visible. But the industries have shown, in most cases, lack of initiative for voluntary actions that demonstrate attitudes in the development of projects and movements related to the themes of environmental sustainability.

**KeyWord:** Environmental Sustainability. Indicators. Industries.

#### **1. INTRODUÇÃO**

As grandes discussões ambientais que cercam o mundo convidam a refletir sobre as questões relacionadas a sustentabilidade, que nos dias

atuais, tornam-se o centro de debates em todo o mundo. A sociedade como um todo é responsável pela preservação do meio ambiente, então, é preciso agir da melhor maneira possível para não

modificá-lo de forma negativa. O crescimento econômico precisa atingir de forma positiva a questão social e ser compatível com as questões de preservação dos recursos naturais que são finitos. Segundo a Comissão Mundial de Desenvolvimento e Meio Ambiente das Nações Unidas, sustentabilidade significa suprir as necessidades da população mundial atual sem comprometer as necessidades das populações futuras. Através desse conceito é perceptível a preocupação com as futuras gerações podendo ser considerado como um dos princípios básicos de sustentabilidade a visão a longo prazo. Sustentabilidade significa trabalhar com diferentes programas ao mesmo tempo, direcionados para as questões ambientais, sociais e econômicas interagindo de forma harmônica.

Para as organizações que se preocupam com uma atuação responsável, avaliando seu desempenho por meio dos parâmetros da sustentabilidade tendem a obter uma percepção mais favorável da sociedade, que pode se traduzir em benefícios sendo eles financeiros ou não. Esses parâmetros ou dimensões da sustentabilidade incluem aspectos econômicos, sociais, ambientais, políticos etc., que interagem entre a organização e o ambiente físico e sócio-econômico na qual ela se insere.

Nessa perspectiva o objetivo principal desse trabalho foi de verificar a existência de práticas ambientalmente sustentáveis, no processo de gestão das indústrias do Município de Pato Branco, associadas a FIEP, Federação das indústrias do Estado do Paraná, utilizado como referência os indicadores de sustentabilidade do Instituto Ethos.

Quanto a metodologia utilizada foi de caráter quantitativo, a investigação junto as organizações se deu através da aplicação de um questionário semi-estruturado, além de utilização da pesquisa bibliográfica como fonte de dados secundários. A pesquisa referente ao estudo, foi realizada no período de 01 de julho à 30 de setembro de 2009. Buscou-se identificar dentro de um grupo de organizações como se dá a relação dos processos industriais com as questões de sustentabilidade. Utilizou-se como referência os indicadores de sustentabilidade do Instituto Ethos, que são responsáveis pela orientação da análise das questões ambientais, no sentido de identificar as percepções e as ações voltadas para a sustentabilidade ambiental das indústrias, bem como se as organizações atendem aos pressupostos de sustentabilidade ambiental de acordo com o que propõem os indicadores Ethos.

Esse trabalho presta relevante contribuição para o meio científico acadêmico, principalmente para o desenvolvimento intelectual do pesquisador. Ele se justifica porque promove reflexões sobre o desenvolvimento sustentável ambiental nas indústrias analisadas e a sua responsabilidade perante o meio ambiente e a sociedade, pretende

ainda contribuir com a reflexão dos administradores sobre o reflexo de suas ações nas organizações.

## **2. SUSTENTABILIDADE E RESPONSABILIDADE CORPORATIVA**

### **2.1 Desenvolvimento sustentável**

O tema desenvolvimento sustentável abrange grandes discussões e diz respeito ao futuro da humanidade. Segundo estudos os problemas ambientais até o fim da 2ª guerra mundial não representavam insegurança para as pessoas. Tanto produtores, consumidores de bens e serviços e a população de forma geral não se preocupavam com as questões do meio ambiente.

Após a 2ª guerra mundial Maluf (2003), explica que esses assuntos começam a ser percebidas pouco a pouco como problemas que têm dimensão planetária. Alguns acontecimentos como a experiência da bomba atômica (Hiroshima e Nagasaki) dá a dimensão da destruição em massa; as viagens espaciais (final dos anos 50 Gagarin/URSS; final anos 60/EUA) dão uma imagem concreta da pequenez do planeta terra no universo, da terra como um território global, sem fronteiras.

Pode-se inferir que a revolução industrial trouxe grande contribuição para o desenvolvimento e crescimento do mundo, pois foi um período de muitas descobertas e inovações. O setor que mais se beneficiou com esse momento foi o setor da indústria. Foi a partir desse período que as indústrias começaram a se desenvolver, a economia alavancou seu crescimento. O grande problema é que o crescimento desequilibrado pode estar esgotando os recursos naturais existente no planeta. O modelo de crescimento econômico adotado tem como base o lucro a qualquer preço. De acordo com Seiffert (2007), o mau uso dos recursos naturais disponíveis no planeta acabou de gerar um grande desequilíbrio ambiental. Diante desse contexto buscam-se alternativas que visem atingir a sustentabilidade dentro das organizações.

O Desenvolvimento sustentável no âmbito empresarial ganha forças com surgimento do Conselho Empresarial para o desenvolvimento sustentável. Esse conselho é formado por 48 líderes empresariais de diversos países e tem participação ativa na organização das questões referentes a empresas e meio ambiente na Conferência de 1992 no Rio de Janeiro, sendo representado por Stephan Schmidheiny. A partir dessa conferência surge um documento sobre desenvolvimento sustentável direcionado ao meio empresarial. Nesse documento, segundo Dias (2007), há um reconhecimento em relação ao progresso e o desenvolvimento sustentável, como positivo, pois,

conseguem criar vantagens competitivas e novas oportunidades. Como conseqüência observa-se a necessidade da criação de uma nova ética na maneira de fazer negócios.

Segundo Seiffert (2007), o termo “sustentabilidade” de forma geral relaciona a preocupação com a conservação e a preservação da qualidade ambiental, a autora explica:

Entende-se conservação ambiental como a exploração racional dos recursos naturais de modo a garantir sua sustentabilidade. Preservação pressupõe manter o recurso natural intacto e não utilizá-lo para outro fim que não seja a pesquisa científica. (SEIFFERT, 2007, p.7).

A década de 60 marca o início da valorização dos recursos naturais em função do crescimento da população e do consumo. A tabela a seguir relaciona os períodos e os principais acontecimentos relacionados com o desenvolvimento sustentável.

Período	Geral	Específicos
1960	Início da valorização dos recursos naturais em função do crescimento da população e do consumo.	- Criação do Clube de Roma para estudar o impacto global entre as interações da indústria, população, danos no meio ambiente, consumo de alimentos e o uso de recursos naturais. Considerada como organização informal cujo objetivo era de promover o entendimento dos componentes variados, mas interdependentes – econômicos, políticos, naturais e sociais que formam o sistema global.
1962	Publicação do livro Primavera Silenciosa (Silent Spring)	Livro publicado por Rachel Carson que teve grande repercussão na opinião pública e expunha os perigos dos inseticidas DDT, utilizado nas lavouras.
1968	Conferência da Unesco sobre a conservação e o uso racional dos recursos da biosfera.	Reunião em Paris onde foram lançadas as bases para a criação do programa: Homem e a Biosfera (MAB).
1970	Divulgação dos estudos realizados pelo Clube de Roma com notícias de escassez de recursos naturais e níveis de contaminação.	- Exigência de estudos de Impacto ambiental nos EUA como pré-requisito à aprovação de instalação de indústrias com nível de poluição.
1971	Criação do Programa MAB da UNESCO	- Programa de pesquisa no campo das Ciências Naturais e as sociais para a conservação da biodiversidade e para a melhoria das relações entre o homem e o meio ambiente.

1972	Publicação do livro: Os limites do crescimento	Informe apresentado pelo clube de Roma no qual previa que as tendências que imperavam até então conduziram a uma escassez catastrófica dos recursos naturais a níveis perigosos de contaminação num prazo de 100 anos.
	Conferência das Nações Unidas em Estocolmo, Suécia	A primeira manifestação dos governos de todo o mundo com as conseqüências da economia sobre o meio ambiente. Com a participação de 113 estados membros da ONU. Obtendo como um dos resultados a criação do Programa das Nações Unidas sobre o Meio Ambiente (PNUMA).
1980	Surgimento de leis regulamentando a atividade industrial que apresentasse poluição	- Surgimento de programa modelo de gestão ambiental que relacionava: Conscientização da comunidade; prevenção da poluição; segurança dos processos; distribuição dos produtos; saúde e segurança ocupacional; responsabilidade sobre os produtos. - Definição das premissas de desenvolvimento sustentável.
	I Estratégia Mundial para a Conservação	A IUCN, com a colaboração do PNUMA e do World Wildlife Fund (WWF), adota um plano de longo prazo para conservar os recursos do planeta. No documento aparece pela primeira vez o conceito de “desenvolvimento sustentável”.
1983	É formada pela ONU a Comissão Mundial sobre o meio ambiente e o desenvolvimento (CMMAD)	Presidida pela Primeira Ministra da Noruega, Gro Harlem Brundtland, tinha como objetivo examinar as relações entre o meio ambiente e o desenvolvimento e apresentar propostas viáveis.
1987	É publicado o informe de Brundtland, da CMMAD: “Nosso Futuro Comum”	Um dos mais importantes sobre a questão ambiental e o desenvolvimento. Vínculo estreitamente economia e ecologia e estabelece o eixo em torno do qual se deve discutir o desenvolvimento, formalizando o conceito de desenvolvimento sustentável.
1990	Qualidade ambiental	- Conferência mundial de Genebra, discute os desequilíbrios climáticos globais; - Aprovações dos acordos oficiais internacionais: Declaração do Rio sobre o Meio Ambiente e Desenvolvimento; Abordou novas perspectivas globais e de integração da questão ambiental e planetária e definiu mais concretamente o modelo de desenvolvimento sustentável. Como resultado, surgem documentos para discussão como a Agenda 21 e os meios para sua implantação entre outros.
1995	Rio + 5	Realizado em Nova York, teve como objetivo analisar a implementação do Programa da Agenda 21.
1997	Protocolo de Kyoto.	Criação do Protocolo onde os países industrializados deveriam cortar suas emissões de gases que provocam o efeito estufa. Os Estados Unidos não cumpre o combinado alegando prejuízos a economia e diminuição de empregos.

2002	Rio + 10	Geração de um plano de implantação que tem como objetivo aumentar o acesso de pessoas a água potável; recuperar áreas pesqueiras, reduzir a perda de biodiversidade, criar produtos químicos que não agridam a saúde humana e o meio ambiente, além de trabalhar para aumentar o uso de energias renováveis. Buscou-se avaliar o alcance das metas estabelecidas pela Conferencia Rio 92 e serviu para que os Estados reiterassem seu compromisso com os princípios do Desenvolvimento Sustentável. Esse evento ocorre em Johannesburgo.
------	----------	--

Quadro 1 - Acontecimentos históricos

Fonte: Adaptado de SEIFFERT (2007, p.11 a 18). DIAS (2007, p. 121 a 125).

Através desse resgate histórico pode-se analisar as propostas apresentadas dentro de cada período, afim de, construir um mundo melhor para todos através da nova percepção ambiental e justiça social. O importante a considerar é a construção de meios que permitam o desenvolvimento mundial e preservem a qualidade de vida e o meio ambiente. Esses aspectos são fundamentais e estão inseridos no conceito de sustentabilidade. Em relação a esse tema Bellen (2006), afirma que para alcançar o desenvolvimento sustentável é necessário considerar aspectos referentes às dimensões social e ambiental/ecológica, bem como fatores econômicos e as vantagens de curtos e longos prazos de ações alternativas. O autor ainda acredita que o foco do conceito é a integridade ambiental e apenas a partir da definição do Relatório Brudtland a ênfase desloca-se para o elemento humano, proporcionando um equilíbrio entre as dimensões econômica, ambiental e social. Nesse documento fica claro que o conceito de desenvolvimento sustentável é o que atende às necessidades das gerações presentes sem comprometer a possibilidade das gerações futuras atenderem suas próprias necessidades. Essa é uma das definições mais conhecidas citadas e aceitas, isso porque considera em sua definição a necessidade de preservar para o futuro.

Para Goldsmith e co-autores, citado por Bellen (2006), uma sociedade pode ser sustentável quando todos os seus propósitos e intenções podem ser atendidos indefinidamente, fornecendo satisfação ótima para seus membros.

Para autores como Constanza, citado por Bellen (2006), o conceito deve ser inserido na relação dinâmica entre o sistema econômico humano e um sistema maior, com taxa mais lenta, o ecológico. O autor ainda complementa que essa relação deve assegurar que a vida humana possa continuar indefinidamente, com crescimento e desenvolvimento da sua cultura.

a- Sustentabilidade econômica: Em uma perspectiva econômica Rutherford, citado por Bellen (2006), vê o mundo em termos de estoques e fluxo de capital, sendo que esta visão está aberta a considerar

capitais de diferentes tipos, incluindo o ambiental e/ou natural, capital humano e capital social.

b- Sustentabilidade social: Nessa perspectiva de sustentabilidade social o ser humano torna-se o foco. A preocupação esta com o seu bem-estar humano e os meios utilizados para aumentar a qualidade de vida dessa condição. Acesso a serviços básicos, água limpa e tratada, ar puro, serviços médicos, proteção, segurança e educação pode estar ou não relacionado com rendimentos ou riqueza da sociedade. Para Sachs (1993, p.25), a questão é entendida como “a consolidação de um processo de desenvolvimento baseado em outro tipo de crescimento e orientado por outra visão do que é a boa sociedade”, a sustentabilidade social refere-se a um método de desenvolvimento que proporcione um crescimento estável com distribuição de renda justa, visando a redução das diferenças sociais e a melhoria das condições de vida das populações.

c- Sustentabilidade ambiental: Nesse momento a grande preocupação é com os impactos das atividades humanas sobre o meio ambiente. Em relação a esse assunto Rutherford, citado por Bellen (2006, p.37), explica que “produção primária oferecida pela natureza é a base fundamental sobre a qual se assenta a espécie humana”. Para complementar o entendimento sobre o tema, Sachs (1993, p.25), diz que sustentabilidade ecológica pode ser entendida como “intensificação do uso dos recursos potenciais dos vários ecossistemas - com um mínimo de dano aos sistemas de sustentação da vida – para propósitos socialmente válidos”. É importante ainda diminuir a utilização de recursos fósseis, diminuir a emissão de poluentes, adotar políticas de conservação de energia e de recursos, utilizar somente recursos renováveis e aumentar a eficiência em relação aos recursos utilizados.

## 2.2 Responsabilidade ambiental

A preocupação do Brasil com as questões de utilização de recursos naturais tem um forte momento a partir de 1980. Cria-se na Constituição Federal de 1988 condições para que os estados e municípios posicionem-se de forma mais ativa nas questões ambientais. Sendo assim, alguns estados passaram a se preocupar e a agir mais que outros, demonstrando maior interesse e consciência da necessidade de preservar e conservar os recursos naturais pertencentes a cada estado, além da questão financeira que também influencia na questão da preservação.

Em 1992, foi realizada no Rio de Janeiro a Conferência das Nações Unidas sobre o Meio Ambiente, (CNUMAD), conhecida como Cúpula da Terra, ou Eco-92. Nesse encontro estiverem reunidos representantes de 179 países, durante 14 dias, onde foram discutidos os problemas ambientais globais e estabelecido que o desenvolvimento sustentável era uma das metas a

serem alcançadas pelos governos e sociedades em todo o mundo. Segundo Dias (2007, p.33) da conferência resultaram cinco documentos:

a Declaração do Rio de Janeiro sobre Meio Ambiente e Desenvolvimento;

a Declaração e princípios para a gestão sustentável das florestas;

o Convênio sobre a Diversidade Biológica;

o Convênio sobre mudanças climáticas;

o Programa das Nações Unidas para o século XXI, mais conhecido como Agenda 21.

A agenda 21 é considerada como documento mais abrangente e constitui um programa internacional que estabelece parâmetros para que obtenha o desenvolvimento sustentável nas suas vertentes econômica, social e ambiental. Conforme a Conferência das Nações Unidas sobre meio ambiente e Desenvolvimento (CNUMAD) citado por Dias (2007, p.33) no que diz respeito às empresas, em seu Capítulo 31, item 1, reconhece que:

O comércio e a indústria, inclusive as empresas transacionais, desempenham um papel crucial no desenvolvimento econômico e social de um país. Um regime de políticas estáveis possibilita e estimula o comércio e a indústria a funcionar de forma responsável e eficiente e a implementar políticas de longo prazo. A prosperidade constante, objetivo fundamental do processo de desenvolvimento, é principalmente o resultado das atividades do comércio e da indústria. As empresas comerciais, grandes e pequenas, formais e informais, proporcionam oportunidades importantes e intercâmbio, emprego e subsistência. (DIAS, 2007, p.33).

Através da citação, percebe-se o reconhecimento sobre a importância do desenvolvimento econômico e social para as nações. Por outro lado, é importante destacar necessidade de interação entre esse desenvolvimento e a sua relação com a sustentabilidade.

A pressão exercida sobre as indústrias para contribuírem com a preservação do ambiente abre caminho para o desenvolvimento de novos produtos, novas oportunidades de negócio e novos mercados de trabalho tanto na indústria como na prestação de serviços e os resultados são refletidos na ação da indústria e na sociedade, bem como nos balanços financeiros.

Para Leff (2002), essa mudança de percepção indica que a qualidade de vida está relacionada com a qualidade do ambiente e com a satisfação das necessidades básicas, com a conservação do potencial produtivo do ecossistema, o aproveitamento dos recursos naturais e com a sustentabilidade ecológica do habitat.

Segundo Andrade (2004), a questão da proteção ambiental hoje, também é uma função que a administração desempenha. Criou-se a necessidade de inserir na estrutura das organizações

departamentos específicos para trabalharem essa problemática que é a relação da natureza com as organizações, ou vice versa. Para o autor a idéia está contemplada na estrutura organizacional interferindo no planejamento estratégico da empresa.

A busca pela integração entre a empresa e o meio ambiente torna necessário a criação de uma nova função na estrutura administrativa a fim de acolher os técnicos específicos que irão atuar na realização de um trabalho de comunicação social moderno e consciente.

Andrade ainda cita em seu livro alguns benefícios da administração com percepção ecológica entre eles: sobrevivência humana; consenso público; oportunidade de mercado; redução de riscos e de custos e integridade das pessoas. Como resultado, em longo prazo, de uma empresa administrada de forma responsável, o autor coloca como princípios a qualidade, criatividade, humanidade, lucratividade, continuidade e lealdade. A inovação, cooperação e a comunicação são consideradas como elementos-chave das estratégias da administração com consciência ecológica.

Em abril de 1998, no Brasil, a Confederação Nacional da Indústria (CNI), publica uma Declaração de Princípios da Indústria para o desenvolvimento, essa declaração possibilita uma maior interação entre a economia e meio ambiente junto ao empresariado. São elas:

1. Promover a efetiva participação proativa do setor industrial, em conjunto com a sociedade, os parlamentares, o governo e organizações não governamentais no sentido de desenvolver e aperfeiçoar leis, regulamentos e padrões ambientais.
2. Exercer a liderança empresarial, junto à sociedade, em relação aos assuntos ambientais.
3. Incrementar a competitividade da indústria brasileira, respeitados os conceitos de desenvolver sustentável e o uso racional dos recursos naturais e de energia.
4. Promover a melhoria contínua e o aperfeiçoamento dos sistemas de gerenciamento ambiental, saúde e segurança do trabalho nas empresas.
5. Promover a monitoração e a avaliação dos processos e dos parâmetros ambientais nas empresas. Antecipar a análise e os estudos das questões que possam causar problemas ao meio ambiente e à saúde humana, bem como implementar ações apropriadas para proteger o meio ambiente.
6. Apoiar e reconhecer a importância do envolvimento contínuo e permanente dos trabalhadores e do comprometimento da supervisão nas empresas, assegurando que os mesmos tenham o conhecimento e o treinamento

necessários com relação às questões ambientais.

7. Incentivar a pesquisa e o desenvolvimento de tecnologias limpas, com o objetivo de reduzir ou eliminar impactos adversos ao meio ambiente e à saúde da comunidade.

8. Estimular o relacionamento e as parcerias do setor privado com o governo e com a sociedade em geral, na busca do desenvolvimento sustentável, bem como na melhoria contínua dos processos de comunicação.

9. Estimular as lideranças empresariais a agir permanentemente junto à sociedade com relação aos assuntos ambientais.

10. Incentivar o desenvolvimento e o fornecimento de produtos e serviços que não produzam impactos inadequados ao meio ambiente e à saúde da comunidade.

11. Promover a máxima divulgação e conhecimento da Agenda 21 e estimular sua implementação.

A implantação do conceito de desenvolvimento sustentável no ambiente empresarial tem sido, segundo Dias (2007, p. 38), pautado mais como um modo de empresas assumirem formas de gestão mais limpa, do que uma elevação do nível de consciência do empresariado em torno de uma perspectiva de um desenvolvimento econômico mais sustentável. Embora haja um crescimento aparente da mobilização em torno da sustentabilidade, ela ainda está mais focada no ambiente interno das organizações, voltada essencialmente para processos e produtos.

Do ponto de vista ambiental, Dias (2007) explica que a organização deve pautar-se pela eco-eficiência (criar mais valor com menos impacto), dos seus processos produtivos. Adotar uma produção mais limpa, oferecer condições para o desenvolvimento de uma cultura ambiental organizacional. Construir uma postura de responsabilidade ambiental, buscando a não-contaminação do ambiente natural, e procurar participar das atividades patrocinadas pelas autoridades governamentais, locais e regionais que diz respeito ao meio ambiente natural. O conceito de eco-eficiência, atribuído por Dias (2007), tem como objetivos a redução do consumo de recursos, a redução do impacto na natureza e a melhoria do valor do produto ou serviço.

### **3.3 Indicadores de sustentabilidade do instituto ethos**

O termo indicador pode ser entendido como uma medida que resume informações relevantes de um fenômeno. Esses têm a função de simplificar as informações mais relevantes e fazer com que elas se tornem mais aparentes. O objetivo dos indicadores é de agregar e quantificar informações sobre os fenômenos ocorridos de modo que essas informações tornem-se aparentes.

O guia do Instituto Ethos é uma ferramenta de gestão que propõe a padronização de relatórios para a apresentação de indicadores. O objetivo é analisar os aspectos Sociais, Ambientais e Econômicos das organizações. Os fatores de análises do Instituto Ethos consideram todo o relacionamento da organização com seus stakeholders. Esses fatores são: Valores e transparência, Fornecedores, Consumidores/Clientes, Governança e Sociedade e por fim Meio Ambiente sendo esse o fator discutido nesse artigo.

O Instituto Ethos explica que as questões relacionadas com o meio ambiente requerem uma análise dos aspectos como gerenciamento do impacto, no caso de indústrias e o desenvolvimento de programas de educação ambiental para funcionários e comunidade. Como decorrência da conscientização ambiental, a empresa ambientalmente responsável deve buscar desenvolver projetos e investimentos visando a compensação ambiental pelo uso de recursos naturais e pelo impacto causado por suas atividades. Deve organizar sua estrutura interna de maneira que o meio ambiente não seja um tema isolado, mas que permeie todas as áreas da empresa, sendo considerado a cada produto, processo ou serviço que a empresa desenvolve ou planeja desenvolver. Isto evita riscos futuros e permite à empresa, além de reduzir custos, aprimorar processos e explorar novos negócios voltados para a sustentabilidade ambiental, melhorando sua inserção no mercado.

O gerenciamento do impacto no meio ambiente e do ciclo de vida de produtos e serviços é um critério importante para uma empresa consciente de sua responsabilidade ambiental, além de um relacionamento ético e dinâmico com os órgãos de fiscalização, com vistas à melhoria do sistema de proteção ambiental. O instituto informa que a conscientização ambiental deve ser balizada por padrões nacionais e internacionais de proteção ambiental (ex.: ISO 14.000). Entre as principais saídas do processo produtivo estão às mercadorias, suas embalagens e os materiais não utilizados, convertidos em potenciais agentes poluidores do ar, da água e do solo. São aspectos importantes na redução do impacto ambiental o desenvolvimento e a utilização de insumos, produtos e embalagens recicláveis ou biodegradáveis e a redução da poluição gerada. No caso desta última, também se inclui na avaliação a atitude da empresa na reciclagem dos compostos e refugos originados em suas operações.

### **3 APRESENTAÇÃO E ANÁLISE DOS RESULTADOS**

O sistema FIEP, Federação das Indústrias do Estado do Paraná, é uma instituição mantida e

administrada pela iniciativa privada, esta inserido em todas as regiões do Paraná, dividido em 21 coordenadorias regionais. Segundo informações da própria FIEP, constadas nos documentos pesquisados, o foco de atuação está direcionado para a inovação tecnológica, desenvolvimento sustentável e responsabilidade social. Nesse sentido o sistema busca tornar a indústria mais competitiva, para isso a FIEP afirma que investe na qualificação profissional e que promove a qualidade de vida do trabalhador e proporciona oportunidades de negócios e informações estratégicas para os empresários.

De acordo com as informações adquiridas nos documentos pesquisados, o sistema FIEP está voltado para o desenvolvimento econômico e social do Paraná. A sua estrutura é composta por cinco entidades: Federação das Indústrias do Estado do Paraná (FIEP) esta se incluindo, Centro das Indústrias do Estado do Paraná (CIEP), Serviço social da Indústria (SESI), Serviço Nacional de Aprendizagem Industrial (SENAI) e Instituto Euvaldo Lodi (IEL). Essas entidades que compõe o sistema oferecem produtos e serviços em áreas diversas como educação, saúde, segurança, esporte, lazer e cultura, responsabilidade social, desenvolvimento empresarial e tecnologia, entre outras.

No contexto das indústrias associadas a FIEP de Pato Branco procurou-se tratar com relevância o tema da sustentabilidade ambiental. As questões buscaram analisar os aspectos como gerenciamento de impactos e o desenvolvimento de programas de educação ambiental para funcionários e comunidade. Para essas questões poderiam ser escolhidas mais que uma alternativa.

O Gráfico 01 apresenta os resultados que buscam responder sobre como tratar com devida relevância e responsabilidade os impactos ambientais das atividades das organizações pesquisadas. A grande maioria com incidência de 19 respondentes informou que faz uso da legislação ambiental para garantir suas atividades. O desenvolvimento de um ou mais programas internos de apoio a preservação ambiental é praticado por 07 indústrias. Consideraram importante a questão, mas não atuam 02 indústrias. Apenas 01 indústria informou que não tem problemas ambientais e ainda 01 indústria informa que não conhece o destino do lixo que produz.



Gráfico 01 – Impactos ambientais das atividades da indústria  
Fonte: Pesquisa com as indústrias, 2009.

A maioria das indústrias atua nessa questão utilizando-se na legislação ambiental, mas uma quantidade pequena delas apresentou indícios de que tem atitudes diferenciadas e desenvolvem programas de apoio ao tema. No entanto existem indústrias que não tem ações, nem conhecimento para enfrentar os impactos ambientais causados pelas atividades industriais.

Retomando a visão do Instituto Ethos sobre o tema, percebe-se que como decorrência da conscientização ambiental, a empresa deve buscar desenvolver projetos e investimentos visando a compensação ambiental pelo uso de recursos naturais e pelo impacto causado por suas atividades. Segundo Andrade (2004), criou-se a necessidade de inserir na estrutura das organizações departamentos específicos para trabalharem essa problemática que é a relação da natureza com as organizações, ou vice versa. Para o autor a idéia está contemplada na estrutura organizacional interferindo no planejamento estratégico da empresa. Assim, organizar sua estrutura interna de maneira que o meio ambiente não seja um tema isolado, mas que permeie todas as áreas da empresa, sendo considerado a cada produto, processo ou serviço que a empresa desenvolve ou planeja desenvolver.

Visando a sensibilização da população quanto aos desafios ambientais decorrentes da atividade humana, o gráfico 02 apresenta: As organizações com incidência de 17 respondentes afirmaram que não atuam em ações ambientais. Apenas 07 desenvolvem ações de educação ambiental e treinamento dos colaboradores para ações na sociedade e somente 02 indústrias informaram que a organização apóia ou participa de projetos educacionais em parceria com organizações não-governamentais ou ambientalistas.

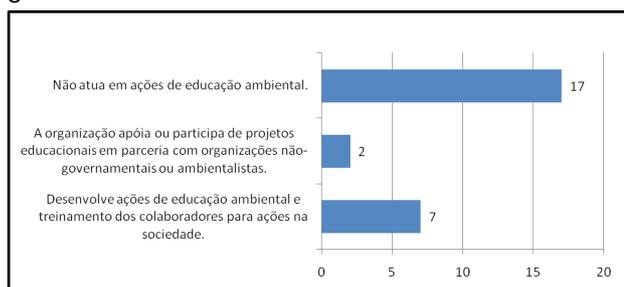


Gráfico 02 – Sensibilização da população para desafios ambientais  
Fonte: Pesquisa com as indústrias, 2009.

Um pequeno número de organizações promove a educação ambiental, mas a grande maioria não possui essa prática. Percebe-se que as organizações estão fechadas para o ambiente externo no que diz respeito a sustentabilidade ambiental.

Cabe as organizações ambientalmente responsáveis, apoiar e desenvolver campanhas, projetos e programas educativos voltados para seus

empregados, para a comunidade e para públicos mais amplos, além de envolver-se em iniciativas de fortalecimento da educação ambiental no âmbito da sociedade como um todo.

Considerando os impactos ambientais causados pela atividade da empresa, 12 organizações responderam que desenvolvem ações para prevenir essas ocorrências. Cinco delas conhecem os impactos de suas atividades, porém, afirmam não ter possibilidade de realizar ações de correção. Cinco indústrias informam que acompanham a destinação final do produto e processos pós-consumo. Quatro dizem produzir estudos de impacto ambiental segundo exigências da legislação. Para 02, essa questão não é considerada importante. Contudo apenas 01 possui sistema de gestão ambiental padronizado e formalizado. Uma desenvolve parceria com fornecedores buscando a melhorar a gestão ambiental. Apenas uma indústria afirma que desconhece o destino do seu lixo. Ainda 01 indústria acredita não gerar impacto ambiental, conforme aponta o gráfico 03.

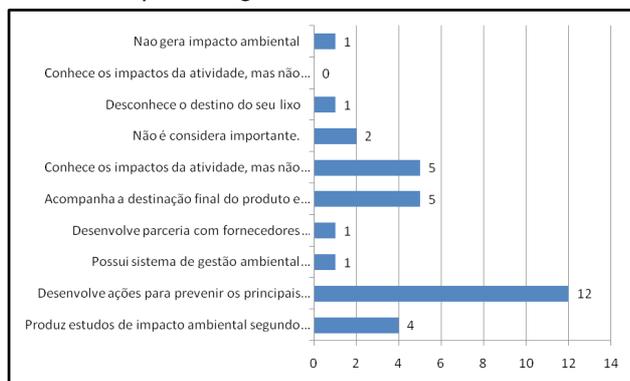


Gráfico 031 – Impactos ambientais causados pelas atividades da empresa. Fonte: Pesquisa com as indústrias, 2009.

Enquanto algumas indústrias desconhecem, ou não consideram essa questão importante, a maioria atua no desenvolvimento das ações de prevenção. Essa questão faz referência com a anterior sobre os impactos ambientais, onde a maioria informou que fazia uso da legislação ambiental, agora elas têm a oportunidade de informar sobre as atitudes praticadas. Fica claro que essas atitudes que as indústrias tiveram para reduzir os impactos causados são decorrentes da obrigatoriedade disposta na legislação ambiental e não por uma opção de conduta.

O Instituto Ethos diz que uma das formas de atuação ambientalmente responsável da empresa é o cuidado com as entradas de seu processo produtivo, estando entre os principais parâmetros, comuns a todas as empresas, a utilização de energia, de água e de insumos necessários para a produção/prestação de serviços.

Como objetivo de prevenir e reduzir danos ambientais e otimizar processos, o gráfico 04 mostra o resultado da pesquisa. Com incidência de

19 respostas as indústrias afirmam que incentivam a redução de consumo de energia, água, e material de expediente. Quatorze indústrias informam que possuem processos de destinação adequada de resíduos. Treze orientam para melhor utilização dos fatores de produção. Oito indústrias orientam a redução e a reutilização de recursos produtivos, (naturais). Quatro possuem condições de medir, monitorar e controlar os aspectos ambientais. Pode-se verificar que 01 indústria informou que não gera impactos ambientais. Uma diz que o tema não é considerado importante.

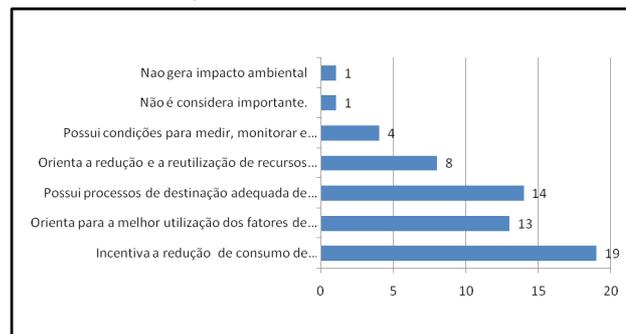


Gráfico 04 – Prevenir danos ambientais. Fonte: Pesquisa com as indústrias, 2009.

Por acarretar mais custos e conseqüentemente diminuição nos lucros há o incentivo a diminuição do consumo de energia, água entre outros, porém poucas têm mecanismos de controle que irão monitorar e controlar os aspectos ambientais.

O Instituto Ethos diz que a redução do consumo de energia, água e insumos leva à conseqüente redução do impacto ambiental necessário para obtê-los. Entre as principais saídas do processo produtivo estão às mercadorias, suas embalagens e os materiais não utilizados, convertidos em potenciais agentes poluidores do ar, da água e do solo.

O estudo apresentou uma questão referente à elaboração de relatório social e ambiental para as organizações. Primeiramente foi solicitado que as indústrias informassem se possuíam esses relatórios. Das 25 indústrias pesquisadas apenas 9 possui os relatórios e os disponibilizam sempre que solicitado, o restante que totaliza 16 indústrias, não possui relatórios. Apenas 1 indústria que possui o relatório social e ambiental informou que faz, registra e apresenta metas e ações sociais regularmente, inclusive das ações futuras.

O Balanço Social é composto pelos relatórios sociais e ambientais que são elaborados nas organizações, as informações que compõem esses relatórios são resultados de planejamento e ações voltadas para as questões sociais e ambientais que norteiam as organizações. Sucupira apud Wissmann (2007), descreve a sua definição:

O Balanço Social é um documento publicado

anualmente, reunindo um conjunto de informações sobre atividades desenvolvidas por uma empresa, em promoção humana e social, dirigida a seus empregados a à comunidade na qual esta inserida. Nesse sentido, é um instrumento valioso para medir o desempenho do exercício da Responsabilidade Social em seus empreendimentos. É um indicador cristalino da forma como ela é administrada. Por meio dele, a empresa mostra o que faz por seus empregados, dependentes e pela população que recebe sua influência direta. É uma forma de dar transparência a suas atividades, tendo em vista a melhoria da qualidade de vida da sociedade. É um mecanismo de construção de vínculos mas estreitos entre a empresa e a sociedade. Sucupira (2001 apud Wissmann 2007, p. 90)

São informações que demonstram os recolhimentos que estão instituídos previamente, as informações não-monetárias, as ações promovidas espontaneamente e as instituídas por lei. O Instituto Ethos acredita que o monitoramento de seus resultados por meio de indicadores pode ser complementado por auditorias feitas por entidades da sociedade (ONGs e outras instituições), agregando uma perspectiva externa à avaliação da própria empresa.

#### **4 CONSIDERAÇÕES FINAIS**

Os Indicadores Ethos de Responsabilidade Social Empresarial são uma ferramenta de aprendizado e avaliação da gestão no que se refere à incorporação de práticas de responsabilidade social e ambiental empresarial ao planejamento estratégico e ao monitoramento e desempenho geral da empresa. Portanto, os indicadores de sustentabilidade do Instituto Ethos foram utilizados como referência neste estudo, sendo feita uma adaptação para melhor aproveitamento dos dados em função da realidade das indústrias que foram pesquisadas.

O resultado da pesquisa identificou as ações voltadas para a sustentabilidade ambiental e permitiu verificar se as organizações atendiam aos pressupostos de sustentabilidade de acordo com os indicadores Ethos. Mesmo tomando o indicador que vem do próprio meio empresarial observa-se que as ações desenvolvidas pelas indústrias pesquisadas estão distantes do preconizado pelo próprio instituto.

Observou-se que as indústrias conhecem a legislação ambiental e em alguns momentos se verifica as ações realizadas para controlar o impacto ambiental, principalmente no que se refere ao atendimento da legislação ambiental naquilo que é

mais visível pela fiscalização. Outro ponto observado foi com relação ao fechamento das organizações para o ambiente externo, poucas apresentaram indícios de que tem atitudes diferenciadas e desenvolvem programas que dialogam com comunidade interna e externa em apoio ao tema. No entanto a maioria não desenvolve nenhuma ação nesse sentido.

As organizações se restringem à ações internas, como a diminuição do consumo de energia, água entre outros, o que denota uma prevalência para cuidados que correspondam a redução de custos, logo a elevação da lucratividade, no entanto, quando se trata de ações voltadas para a sociedade com relação aos aspectos ambientais não há um posicionamento ativo. Portanto pode-se inferir que as indústrias pesquisadas estão atendendo em partes as premissas de sustentabilidade ambiental conforme o Instituto Ethos.

Por outro lado ficam os questionamentos. Será que essas organizações conhecem o conceito de sustentabilidade ambiental? Quais seriam os fatores determinantes para que houvessem maiores ações voltadas para esse tema por parte das organizações? É de interesse das indústrias tratar do tema da sustentabilidade ambiental? Essas são questões que permanecem orientando a continuidade dessa pesquisa nessa temática.

#### **REFERÊNCIAS**

- BELLEN, Michel Van. Indicadores de Sustentabilidade: Uma análise comparativa. 2 ed. Rio de Janeiro: FGV, 2006.
- DIAS, Reinaldo. Gestão Ambiental: Responsabilidade Social e Sustentabilidade. 1 ed. São Paulo, Atlas, 2007.
- INSTITUTO ETHOS. Disponível em: <<http://www.1.ethos.org.br>>; Acesso em 16/07/2009.
- INSTITUTO Ethos. Guia de elaboração de relatório e balanço anual de responsabilidade social empresarial. Versão 2001.
- LEFF, Enrique. Ecologia, Capital e Cultura: Racionalidade ambiental, Democracia participativa e desenvolvimento sustentável. Tradução de Jorge Esteves da Silva. Blumenau: FURB, 2000.
- MALUF, R. Teorias do desenvolvimento econômico. Curso ministrado no programa de doutorado em Meio Ambiente e Desenvolvimento entre 11 e 15 de agosto de 2003. Curitiba/PR: MADE/UFPR.
- SACHS, I. Estratégias de transição para o século XXI: desenvolvimento e meio-ambiente. São Paulo: Nobel/Fundap, 1993.
- SEIFFERT, Mari Elizabete Bernardini; Gestão ambiental – instrumentos, esferas de ação e educação ambiental. São Paulo: Atlas, 2007.
- WISSMANN, Martin Airton; Responsabilidade Social & Balanço Social. Cascavel: Univel, 1 ed., 2007.